

ATA DA 463ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Corregedora-Geral, Kathya Beja Romero. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Apadep, Franciane de Fatima Marques e Representando a Ouvidora-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza e Horácio Xavier Franco Netto. A Presidente iniciou a sessão às 09h47min, encaminhando para leitura e aprovação da ata da 462ª Sessão Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Após, iniciou as comunicações da Presidência, justificando a ausência temporária do Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Morais Português em razão de compromissos institucionais. Nesse sentido, indagou se os Representantes da Segunda e Terceira Subdefensoria Pública-Geral possuíam algum comunicado a ser transmitido. O Segundo Subdefensor Público-Geral, Bruno Napolitano informou que prestaria alguns esclarecimentos durante a manifestação dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra a Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Maria Nazareth Cupertino. Ela parabenizou a Defensoria Pública-Geral e a Ouvidoria-Geral pela realização de seminário junto a população em situação de rua, que visa a regulamentação de uma política institucional específica para esse tipo de atendimento. Agradeceu o Núcleo de Direitos Humanos por contribuir na defesa da população carente e sem acesso à justiça. Apontou que, durante o evento, houve uma atuação conjunta das Defensorias Públicas do Estado e da União. Nesse sentido, destacou a importância da desburocratização dos processos em prol de um atendimento mais completo e de um aprendizado mútuo. Acrescentou que um dos encaminhamentos apresentados durante o seminário foi para que a Defensoria Pública da União tivesse Ouvidoria-externa, assim como a Defensoria Pública do Estado. Informou que processo de formulação da lista tríplice, relativo a eleição do Ouvidor-Geral, foi acompanhado pelo Tribunal de Justiça, Ministério Público por Defensor Público indicado pela Defensoria. Apontou que o prazo para deliberação desta matéria junto ao Conselho Superior estaria encerrando nesta sessão. Nesse sentido, solicitou a inversão de pauta para análise célere do processo. Após, a Presidente franqueou a palavra ao membro do Movimento Estadual da População em Situação de Rua, Roberto Cesar Correia. Ele endossou o pedido de inversão de pauta relativo a escolha do Ouvidor-Geral. Em seguida a Presidente franqueou a palavra a Defensora Pública Danielle Gaiotto, que atua na Unidade Fazenda Pública. Ela analisou como um grande avanço institucional a aprovação da Deliberação CSDP nº 321/15, que regulamenta o art. 151 da Lei Complementar nº 988/06, que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, no Brasil ou no Exterior. Nesse sentido, solicitou celeridade análise de seu processo, em decorrência das dificuldades burocráticas que envolvem a mudança de país para curso no exterior. Após, a Presidente franqueou a palavra a Defensora Pública da Unidade Civil, Fernanda Maria de Lucena Bussinger. Ela manifestou que o seminário acerca da população de rua trata-se de uma oportunidade para o aprofundamento dos problemas relativos ao atendimento que vem sendo prestado na Capital. Destacou que o foco de atuação da Defensoria Pública deveria ser especialmente para esse tipo de atendimento, em razão da vulnerabilidade dessas pessoas por terem vários de seus direitos básicos e fundamentais suprimidos, citando a moradia, intimidade, privacidade, saúde e convivência familiar. Por fim, reforçou a necessidade de discussão sobre o tema, que em seu entendimento, seria um dos mais importantes e complexos da instituição. Após, a Presidente franqueou a palavra ao Agente do Núcleo de Direitos Humanos, Wilherson Carlos Luiz. Ele destacou a limitação do atendimento realizado na Capital, especialmente para com a população em situação de rua, citando como exemplo, a dificuldade dessa população em se deslocar de diversos pontos da cidade para a região central, e citou que o fato ocorre no atendimento inicial, visto que a maioria realiza esse trajeto a pé e ainda possuem horários determinados para retorno aos centros de acolhida. Por fim, frisou a

necessidade de discussão sobre o tema. Consigna-se que na ordem dos inscritos esteve ausente o Sr. Benedito Roberto Barbosa e do Sr. José Jeferson dos Santos. Em seguida, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Bruno Napolitano agradeceu ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, a Escola da Defensoria Pública do Estado (Edepe), a Ouvidora-Geral e todos os demais envolvidos na realização do seminário em prol do atendimento à população em situação de rua. Lembrou que este seria o segundo seminário aplicado, e que desde o primeiro, deliberou-se pela implantação de um atendimento especializado em parceria com uma entidade externa. Informou que, a cerca de dezoito meses atrás, este serviço foi incorporado ao atendimento realizado no prédio da Rua Boa Vista, nº 150 com a manutenção de profissionais destacados para o auxílio desta demanda. Acrescentou que esta seria uma ótima oportunidade para discutir a respeito de novas estratégias, que viabilize a melhoria constante do atendimento à população em situação de rua, citando a possibilidade de descentralização do atendimento, e atuação nos locais de maior concentração dessas pessoas. O Conselheiro Luís Gustavo informou que o trabalho na Vara de Execuções Criminais de Presidente Prudente estaria sendo prejudicado por uma mudança nos trâmites por parte do Tribunal de Justiça. Destacou que a Unidade possui uma demanda extremamente alta em função da concentração prisional da região, e apenas quatro Defensores Públicos em atuação, o que estaria gerando sobre carga de trabalho. Informou que foram designados dez estagiários de direito para atuação na Unidade, e ainda assim, não estaria sendo suficiente. Comunicou que a Terceira Subdefensoria Pública-Geral estaria em contato com a Corregedoria Geral de Justiça, visando o agendamento de uma reunião em conjunto com a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública para debater sobre uma solução intermediária para as dificuldades locais. Após, a Presidente agradeceu a presença dos representantes dos movimentos de pessoas em situação de rua, e acrescentou que a apresentação de críticas contribui com o desenvolvimento do serviço prestado. Ressaltou a necessidade de melhoria e expansão do atendimento, também para as cidades do interior. Com relação a centralização do atendimento inicial da Capital, observou a possibilidade de discussão acerca de locais estratégicos para atendimento, como por exemplo, nos centros de acolhida, onde ocorre a maior concentração dessas pessoas. Com relação a Vara de Execuções Criminais de Presidente Prudente, informou que, na última terça-feira, havia recebido Representantes da Corregedoria de Justiça, e na oportunidade, foram discutidos diversos assuntos, incluindo a situação da Regional Infância e Juventude, e o caso de outras VECs, que passam por problemas similares. Após, a Presidente franqueou a palavra ao Ouvidor-Geral, Alderon Pereira. Ele saudou a todos os presentes e agradeceu a Defensora Pública, Gabriela Pimenta, por ter lhe substituído na semana passada. Esclareceu que esteve ausente por suspeita de infecção pelo vírus H1N1, e relatou que o diagnóstico foi descartado. Apontou que o seminário em prol do atendimento para pessoas em situação de rua foi aplicado com uma metodologia diferenciada, que permitiu a criação de rodas de conversa, visando o amplo diálogo entre os participantes. Informou que entre os assuntos abordados, o mais recorrente foi a falta de moradia. Comentou que a maior parte das pessoas em situação de rua não retornam após o atendimento inicial, e seria necessário a adequação deste modelo, visando um atendimento mais eficiente. Informou que outra questão apresentada durante o seminário foi a necessidade de fiscalização dos equipamentos públicos, citando como exemplo a falta de vagas nos albergues e centros de acolhida. Informou, ainda, que estaria sendo elaborado um documento com recomendação de atuação conjunta entre as Defensorias Públicas do Estado e da União. Convidou a todos a participarem do atendimento itinerante nesta sexta-feira, a partir das 17h, no Pátio do Colégio. Registrou que no dia nove de maio será promovido a entrega do prêmio "Justiça para Todas e Todas – Josphina Bacariça", e relatou que em breve divulgaria novos detalhes. Por fim, comunicou que, na próxima segunda-feira, às 14h, seria realizada uma reunião do Conselho Consultivo da Ouvidoria. O Conselheiro Alexandre Orsi, indagou se haveria apresentação do voto relativo a remoção por meio eletrônico, e mencionou ter recebido manifestações de colegas favoráveis a abertura de concurso presencial, considerando o risco de atraso para deliberação por meio eletrônico. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que se manifestaria de forma mais detalhada acerca do concurso de remoção durante a ordem do dia. Informou a realização da primeira reunião do grupo de trabalhos, acerca das demandas da Unidade Infância e Juventude, onde foi discutido diversas questões, citando a estrutura do prédio, incremento dos cargos de Defensores e Agentes, questões relacionadas a prerrogativas, e apontou

que foi discutido sobre a apresentação de relatório detalhado para o mês de maio de 2016. Parabenizou a Assessoria de Convênios, a Assessoria Civil e a Coordenação do atendimento inicial Especializado da Capital pelo convênio firmado com o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), visando o recolhimento de material genético destinados a exames de paternidade, de modo que fosse realizado diretamente na Unidade da Defensoria Pública, situada na rua Boa Vista, nº 150. Acrescentou que há previsão da possibilidade de adequação de 100 (cem) casos mensais dentro dessa modalidade, o que desburocratizará o acesso prestado a população, contribuindo com a redução das agendas dos polos regionais, que antes absorvia estes encaminhamentos. A Representante da Apadep, Franciane Marques lamentou não ter participado do seminário em prol do atendimento à população em situação de rua, e parabenizou a todos os envolvidos na realização do evento. Informou que a Associação dos Defensores Públicos tem acompanhado junto ao Poder Legislativo a tramitação do Projeto de Lei nº 3123/15, que trata a respeito do teto remuneratório, além do Projeto de Lei nº 257/2016, que trata da renegociação de dívidas e alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que houve pouco avanço em virtude do clima político em Brasília, e mencionou que o cenário não seria diferente na Assembleia Legislativa, acerca do Projeto de Lei nº 58/2015, que trata da reposição inflacionária dos vencimentos de Defensores e Servidores Públicos. Demonstrou preocupação com a saúde dos Defensores Públicos, Servidores e estagiários da instituição devido ao surto da gripe H1N1. Nesse sentido, informou que Apadep tem encontrado dificuldades para celebração de convênio devido à alta procura pela vacina, além do custo elevado de cada aplicação. Nesse sentido, indagou se a administração tomaria a mesma providência adotada em disponibilizar a vacina aos membros da instituição. Informou que, na última quinta-feira, a Apadep havia completado dez anos de existência, e convidou a todos os associados para festa de celebração que acontecerá no próximo sábado. Endossou o pedido de inversão de pauta, conforme apresentado pela Defensora Pública Danielle Gaiotto, relativo ao pedido de afastamento para curso no exterior. Por fim, comunicou o recebimento de e-mail por parte da Unidade de Presidente Prudente, onde destaca a ausência de retorno com relação a questionamentos proferidos a Corregedoria do Tribunal de Justiça e ao Núcleo de Situação Carcerária. O Conselheiro Luís Gustavo informou que entrará em contato com o Núcleo, visando dar celeridade ao trâmite, e aproveitou o ensejo, acompanhado pelo Conselheiro Bruno Napolitano, parabenizando os dez anos de existência da entidade de classe. Informou que o calendário previsto para posse de quatro Defensores Públicos relativo ao último certame seria mantido para o dia 06 (seis) de maio, e neste meio tempo, ocorreriam as discussões acerca do concurso de remoção por meio eletrônico. Informou que o novo sistema já teria sido finalizado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e pelo Departamento de Recursos Humanos, porém, o mesmo não permitiria à escolha de cada uma das vagas inseridas nas Macrorregiões, divergindo-o neste ponto, da remoção presencial praticada atualmente. Por fim, informou que antes do encerramento da sessão, haveria a possibilidade de apresentação do novo sistema de remoção ao Conselho Superior. Registra-se que as 11h09min o Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Moraes Português assumiu a Presidência. O Presidente justificou sua ausência em razão de compromissos institucionais. Informou que, na última segunda-feira, havia se reunido com as Secretarias de Estado da Casa Civil e de Planejamento para tratar do orçamento da Defensoria Pública. Comunicou que, durante a semana, esteve na Assembleia Legislativa visando dar celeridade a tramitação do projeto de lei nº 58/2015, que trata da reposição inflacionária para Defensores Públicos e Servidores. Por fim, parabenizou o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e a Ouvidora-Geral pela realização do Seminário em prol da população em situação de rua. Após, não havendo mais inscritos entre os Conselheiros para manifestações diversas, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº 267/16 (Excetuado a pauta)**. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de inscrições. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para inscrições, nos termos do comunicado publicado. COMUNICADO DE 08.04.2016 DO

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ficam abertas, entre os dias 11/04/2016 à 15/04/2016, as inscrições para preenchimento de 02 (duas) vagas em aberto para integrantes do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, e mais as que se abrirem durante o período de deliberação dos autos. Os interessados deverão protocolizar seus requerimentos, acompanhados de currículo, até 17h do último dia do prazo, na Secretaria do Conselho Superior ou por mensagem eletrônica enviada ao endereço conselho@defensoria.sp.gov.br, mediante aviso de remessa e recebimento. Não serão admitidas inscrições de Defensores Públicos que já integrem outro Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, quer como membro, quer como colaborador. O processo de seleção dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 22/04/2016. CSDP nº 290/16. Interessado: Thiago Santos de Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselheiro Luis Gustavo, que havia apresentado voto vista na última sessão, proferiu o voto no sentido de acolher os documentos apresentado pelo interessado, e homologar o afastamento pelo prazo de 06 meses, a partir de 01 de abril de 2016. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto vista. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, acolher os documentos apresentados pelo interessado, e homologar o pedido de afastamento do Defensor Thiago Santos de Souza, condicionada à apresentação do comprovante de registro da candidatura ao cargo de Vereador no Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de (05) cinco dias, após a realização da convenção do partido. Declarou voto o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 240/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o resultado encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado final do mês de março de 2016, bem como a lista emergencial da Unidade Itapetininga, relativo ao mês de março de 2016, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 251/16. Interessada: Segunda Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de estagiários de direito e os distribui entre as Defensorias Regionais do Interior, da Região Metropolitana e da Capital, os Núcleos Especializados e a Escola da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a alteração, em razão da necessidade de alteração da quantidade de vagas na Unidade de Ferraz de Vasconcelos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 326, de 08 de abril de 2016, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 260/16. Interessada: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de, preliminarmente, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de analisar os documentos acostados aos autos nesta sexta-feira, durante a presente sessão, contendo as informações detalhadas sobre o processo de escolha no CONDEPE, e subsidiariamente, caso não fosse acolhido, sugeriu que a indicação fosse feita automaticamente por força da Deliberação CSDP nº 157/10. Justificou que não teria condições de indicar no momento, pois entendeu necessária a sabatina dos candidatos para conhecimento do Colegiado. Inclusive, lembrou que consta em pauta o processo CSDP nº 004/16, onde se discute nulidade do processo de escolha no CONDEPE, que aguarda a análise do Colegiado. O Presidente encaminhou para discussão. Consigna-se que a Senhora Maria Nazareth Cupertino, Representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, solicitou o uso da palavra, a qual foi concedida. Ela prestou esclarecimentos sobre as dúvidas arguidas pelo relator, e reforçou a necessidade de cumprir a legislação vigente da instituição, afirmando que nenhuma informação adicional foi solicitada pelo relator ao Condepe. O Conselheiro Pedro Avellar relatou todo o tramite dos autos no âmbito do Conselho Superior. O Conselheiro Bruno Napolitano informou

que o Representante da Defensoria Geral, Defensor Rafael Galati havia participado de todo o andamento dos trabalhos de escolha do Ouvidor Geral, e justificou que não havia permanecido na sabatina, em razão de manter a legalidade da escolha. O Conselheiro Augusto Guilherme concordou com o relator, no que tange a ausência de documentos para análise da relatoria, pois considerou que deveria conter os requisitos mínimos no momento de protocolo dos autos. O Conselheiro Alexandre Orsi mostrou a necessidade de análise detida do material, e acompanhou o entendimento do Conselheiro Augusto Guilherme. Consigna-se que, no momento dos debates, o Ouvidor Geral estaria impedido de manifestar-se para não interferir na escolha do cargo. O Conselheiro Augusto Guilherme encaminhou para que, nos termos do §1º do artigo 5º da Deliberação CSDP 157/10, os autos devessem retornar à pauta na semana seguinte, pois o prazo estaria sendo preservado. O Conselheiro Luiz Eduardo manifestou seu entendimento de que, após a instrução dos autos, a contagem da relatoria seria iniciada, sendo assim, entendeu que diante da entrega dos documentos complementares, ocorrida na última sessão, o processo poderia ser deliberado na sessão posterior ao dia 15 de abril. O Conselheiro Wagner Ribeiro entendeu que o prazo estipulado na deliberação precisa ser cumprido, e interpretou que os autos estariam dentro do limite estipulado na deliberação, se considerado que o protocolo dos documentos ocorreu no dia 01 de abril de 2016. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação. Preliminarmente, o relator solicitou que houvesse definição sobre votar-se ou não na sessão de hoje. Nesse caso, o relator se absteve de votar a questão preliminar, e o Conselheiro Luiz Eduardo encaminhou para que houvesse 02 (duas) sessões de prazo, já o Conselheiro Augusto Guilherme entendeu que haveria necessidade de apenas 01 (uma) sessão de prorrogação. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa, deliberar sobre a escolha do Ouvidor Geral da Defensoria Pública na 464ª Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 15 de abril de 2016. Vencido o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho, que votava pela prorrogação por duas sessões ordinárias. Absteve-se o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. Após o Presidente encaminhou para discussão e deliberação as questões trazidas pelo relator. a) convite aos candidatos indicados na lista tríplice para apresentação de suas propostas em Sessão do Conselho Superior, pelo prazo de 5 minutos, podendo na mesma Sessão serem arguidos pelos Conselheiros, para possibilitar-se ampla condição de escolha do próximo Ouvidor-Geral; Nesse sentido, o Presidente encaminhou para deliberação com relação ao convite a ser expedido aos interessados. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, expedir o convite por intermédio da Secretaria do Conselho Superior. Em seguida, observou o segundo pedido do relator, o qual seja: b) expedição de ofício ao Presidente do CONDEPE, para que encaminhe manifestação conclusiva, identificando o autor e objeto de impugnação que se noticia ter ocorrido no CONDEPE, por força da formação da lista tríplice, bem como o trâmite atual do processo, que se noticia ter sido encaminhado à Procuradoria Geral do Estado. Nesse sentido, o Presidente encaminhou para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, julgar prejudicado feito em razão da perda do objeto do pedido, tendo em vista que entendia que o documento é público e disponível a quaisquer interessados, assim o Conselheiro Luis Gustavo se comprometeu a juntar aos autos a documentação referente à diligência proposta pelo relator. Vencidos os Conselheiros Pedro Antonio de Avellar e Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Em suma, o Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa, adiar a escolha do Ouvidor Geral da Defensoria Pública para a 464ª Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 15 de abril de 2016, com abstenção do relator. Vencido o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho, que votava pela prorrogação por duas sessões ordinárias. DELIBEROU ainda, expedir convite para os candidatos participarem dos debates na próxima sessão. Por fim, DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, declarar a perda do objeto em relação ao pedido de expedição de ofício ao Condepe para o fornecimento de informações sobre a impugnação ao processo de indicação do próximo Ouvidor Geral. Vencidos os Conselheiros Pedro Antonio de Avellar e Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Registra-se que pouco antes do término da sessão o Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração, Alessandro Izzo, o Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Ricardo Amorim e o Agente da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Guilherme Guiral

promoveram a apresentação do sistema de remoção online e prestaram os devidos esclarecimentos. Após o Conselheiro Bruno Napolitano parabenizou a Coordenadoria de Tecnologia da Informação no manuseio do sistema, e apontou que o Departamento de Recursos Humanos e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação tem empreendido esforços para desenvolver as melhorias necessárias ao sistema. Indagou se o Conselho deliberará sobre as 04 vagas em aberto de forma presencial ou online. Após os esclarecimentos das dúvidas, o Conselho Superior DELIBEROU que haveria remoção presencial relativo aos quatro cargos de Defensores Públicos em aberto, enquanto a administração trabalha no aperfeiçoamento do sistema e que o Departamento de Recursos Humanos realize abertura de prazo para simulação de uma futura remoção eletrônica, assim os Defensores Públicos familiarizam com o novo procedimento. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h59min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de

compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho

Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n° 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP n° 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n° 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP n° 187/10. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n° 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP n° 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n° 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP n° 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n° 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP n° 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n° 009/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo). Interessados/as: (011/16). Eric Guilherme Ferreira de Carvalho; (012/16) Leonardo Arantes Vicentini; (013/16). Marcel Benetti Boer; (015/16). Fabio Henrique Esposto; (019/16). Lizandra Rabelo Duarte; (020/16). Laura Barbosa Ravagnani; (026/16). Thais de Assis Figueiredo Guimarães Aiello; (034/16). Celso Leo Yamashita; (035/16). Felipe Balduino Romariz; (037/16). Felipe Amorim Princesa; (038/16). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza; (041/16). Nayara Rocha Rincon; (042/16). Guilherme Diniz Barbosa; (047/16). Luiz Otavio Contim Ferratto; (048/16). Anderson Almeida da Silva; (049/16). Clodoaldo Saguini Junior; (050/16). Fernando Pinheiro Gamito; (052/16). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva; (054/16). Allan Ramalho Ferreira; (055/16). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes; (058/16). Lucia Thome Reinert; (062/16). Urbano Finger Neto; (064/16). Hendrinne Fontana Noorduin; (065/16). Raul Carvalho Nin Ferreira; (066/16). Rafael de Paula Eduardo Faber; (067/16). Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro; (068/16). Fernanda Penteado Balera; (069/16). Danilo Tadeu Szigmond Franco; (070/16). Daniel Palotti Secco; (071/16). Ligia Cintra de Lima Trindade; (072/16). Samuel Friedman; (074/16). Renato Campolino Borges; (077/16). Davi Quintanilha Failde de Azevedo; (084/16). Carlos Eduardo de Moraes Domingos; (088/16). Cecilia Cardoso Soares; (092/16). Thiago de Luna Cury; (093/16). Alline Delbem; (095/16). Dione Ribeiro Basilio; (096/16). Luciano Dal Sasso Masson; (099/16). Octavio Augustus Cordeiro; (100/16). Sergio Andre Weise Chinez; (102/16). Luiz Felipe Vanzella Rufino; (104/16). Claudia Manning; (105/16). Carla Pinheiro Martins; (107/16). Julio Cesar Vales; (111/16). Danielle Rinaldi Barbosa; (112/16). Diogo de Almeida Lopes; (115/16). Helena de Lacerda Rodrigues Lage; (116/16). Estela Waksberg Guerrini; (117/16). Adriano Pinheiro Machado Buosi; (122/16). Soraia Anka; (123/16). Gabriela Galetti Pimenta; (127/16). Mariana de Gouvea Guarda; (128/16). Manuela Beatriz Gomes; (129/16). Ana Carolina Minutti; (130/16). Fernanda Silva Guido; (133/16). Andrea de Almeida Brunhari Bullara; (138/16). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto; (141/16). Renata Scanduzzi da Silveira; (142/16). Maira Ferreira Tasso; (145/16). Julia Aparecida Romão da Silva; (146/16). Lucas Akira Pascoto Nishikawa; (147/16). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza; (148/16). João Ricardo Meira Amaral; (149/16). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos; (150/16). Dennis Gerson Camargo Ramos Salgretti; (151/16). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante; (152/16). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo;

(174/16). Julio Camargo de Azevedo; (175/16). Tatiana Mendes Soares Bachega; (178/16). Isabela Halley Hatty; (185/16). Juliana Alves de Almeida; (188/16). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo; (189/16). Angelo de Camargo Dalben; (190/16). Felipe Hotz de Macedo Cunha; (210/16). William Roberto Casimiro Braga; (211/16). Michelle Boaventura Cordeiro; (212/16). Marcelo Dayrell Vivas; (215/16). Rafael Pitanga Guedes; (217/16). Alessandra Pinho da Silva; (221/16). Paula Sant'Anna Machado de Souza; (224/16). Gustavo Picchi; (228/16). Laura Naves Filisbino; (229/16). Tatiana Campos Bias Fortes; (231/16). Ricardo Augusto Paganucci Lodi; (232/16). Priscila Domiciano da Silva; (233/16). Fausto Dalmaschio Ferreira; (234/16). Fernanda Capitano Macagnani Soldi; (235/16). Danielle Gaiotto Junqueira; (238/16). Monica de Toledo Thomazella; (241/16). Fabiana Julia Oliveira Resende. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 259/16. Interessada: Luciana Beirigo Oliveira. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares, no período de 01 (um) ano. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 262/16. Interessada: Danielle Gaiotto Junqueira. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de pós-graduação no exterior, no período de 22 de agosto de 2016 a 05 de maio de 2017. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 264/16. Interessada: Luana Clementino Chalegre. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "VIII Encontro de Pós-Graduandos em estudos discursivos", a ser realizado nos dias 28 e 29 de abril de 2016. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/14.

Interessado/a: Ligia Mafei Guidi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 083/14. Interessado/a: Priscila Aparecida Lamana Diniz. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h59min. Eu, Esdra Germania de Lima, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos oito dias do mês de abril do ano de 2016.


Rafael Morais Português de Souza
Presidente


Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral



Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral



Alexandre Orsi Netto
Conselheiro


Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro


Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro


Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro


Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro


Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro


Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral


Franciane de Fatima Marques
Representante da Apadep